



Anais da Assembléia

Nº 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 92.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Edgard Bueno, Irondi Pugliesi e Nelson Tureck (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTOS N° 2796

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM preferência de votação à Proposição de Veto n° 116/94 ao Projeto de Lei n° 390/94, que altera a Lei n° 8.933/89 - Lei do ICMS.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(aa) ÉLIO RUSCH

VALDIR ROSSONI
CEZAR SILVESTRI
NELSON JUSTUS

Apoiamento: Carlos Simões, Luiz Accorsi, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Jocelito Canto, Nelson Garcia, José Marcos Alves, Antonio Belinati e Emerson Nerone.

REQUERIMENTO N° 2776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofridos emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Especial, com a finalidade de apurar a real situação econômica e financeira das Prefeituras Municipais, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a realização de sessão extraordinária no dia, 02 de outubro de 1995, às 17:00 horas para com a presença dos Senhores Deputados Federais e Senhores Prefeitos, discutirem a real situação econômica e financeira das Prefeituras Municipais.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Toti Colaço, Élio Rusch, Emerson Nerone, Nelson Justus, Duílio Genari e Cezar Silvestri.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Parlamentar Especial reunida na manhã deste dia com os Srs. Prefeitos representantes das microrregiões do Estado achou por bem discutir o assunto das Prefeituras em Plenário, com a presença de Parlamentares Federais, incluindo a Reforma Tributária.

REQUERIMENTO N° 2783

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respectivamente, REQUEREM, convocação do Secretário de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos, no que diz respeito as divergências de percentuais, com a despesa de pessoal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(aa) JOSÉ TAVARES, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI,

CAÍTO QUINTANA, TOTI COLAÇO, ORLANDO PES-SUTI (Bancada do PMDB), IRINEU COLOMBO, PÉRICLES DE MELLO, ÂNGELO VANHONI e EMERSON NERONE (Bancada do PT)

REQUERIMENTO N° 2784

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, convocação do Secretário de Estado do Planejamento, para prestar esclarecimentos, no que diz respeito as divergências de percentuais, com a despesa de pessoal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(aa) JOSÉ TAVARES, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, CAÍTO QUINTANA, TOTI COLAÇO, ORLANDO PES-SUTI (Bancada do PMDB), IRINEU COLOMBO, PÉRICLES DE MELLO, ÂNGELO VANHONI e EMERSON NERONE (Bancada do PT)

REQUERIMENTO N° 2785

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, convocação do Secretário de Estado da Administração, para prestar esclarecimentos, no que diz respeito as divergências de percentuais, com a despesa de pessoal no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(aa) JOSÉ TAVARES, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, CAÍTO QUINTANA, TOTI COLAÇO, ORLANDO PES-SUTI (Bancada do PMDB), IRINEU COLOMBO, PÉRICLES DE MELLO, ÂNGELO VANHONI e EMERSON NERONE (Bancada do PT)

REQUERIMENTO N° 2787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o desentranhamento dos documentos pertencentes aos Projetos de Lei n°s 226/94, 359/95, 360/94 e 381/94, todos arquivados.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO N° 2781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de pesar à família de Vera Lúcia Meneghetti Ribas, vítima de assassinos, assassinada na última sexta-feira.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A violência urbana faz mais uma vítima inocente. Assassinada em seu lar D. Vera Lúcia Meneghetti Ribas, foi casada com o

ex-Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, Dr. Rubens de Quadros Ribas.

Neste momento de dor são necessários o apoio de amigos, a solidariedade e principalmente uma reflexão de toda a sociedade sobre esta violência que não escolhe dia, horário ou local para se manifestar nas mais variadas afrontas a pessoas inocentes.

REQUERIMENTO N° 2782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos Trabalhos da Sessão do hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador de General Carneiro, Senhor GRACIANO CALISTO NETO, ocorrido em 18.09.95.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de 18.09.95, na Cidade de General Carneiro, o ex-Vereador GRACIANO CALISTO NETO, que era viúvo da Senhora Júlia Olikevski Calisto.

O extinto deixa quatro filhos e netos.

Graciano pertencia a tradicional família de General Carneiro, onde era comerciante.

O passamento de Graciano Calisto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre eles, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Graciano Calisto Neto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre o Senhor Graciano e o descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do Senhor Graciano para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Calisto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a

REQUERIMENTO N° 2792

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de votos de pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 21, do Senhor NYR MARCÍLIO DE OLIVEIRA.

O extinto foi Prefeito de São José dos Pinhais no período de 1972 a 1976, também Vereador do mesmo município e ainda Prefeito de Tijucas do Sul, sobressaindo-se sempre em sua participação na vida política da comunidade também pela integridade de seu caráter.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento à família enlutada, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2794

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JEDIAEL DE OLIVEIRA, ocorrido em data de hoje, na Cidade de Ponta Grossa.

Tratava-se de conceituado comerciante, proprietário da empresa Benfica Pneus, com sede na Cidade de Ponta Grossa, neste Estado. Era o "de cujus", residente e domiciliado a Rua Londrina, 250, Vila Santo Antônio, Ponta Grossa, Estado do Paraná. Atualmente, no campo político ocupava a vice-Presidência do Partido Social Cristão - PSC de Ponta Grossa.

Requer, finalmente, que seja dado do presente ciência aos familiares do falecido, através de correspondência que deverá ser encaminhada no endereço acima nominado.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(aa) JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

LUIZ CARLOS ZUK

PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO N° 2771

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, votos de congratulações e muito aplauso ao casal VALDIR e AMÉLIA DO RÓCIO DOS SANTOS, que completou 25 anos de feliz

união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama do amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de um voto de regozijo pelo transcurso do 20° aniversário da TV Cultura de Maringá Ltda.

Nesses vinte anos de atividades na "Cidade-canção", a TV Cultura cumpriu um importante papel, beneficiando toda a região onde seus sinais de transmissão foram recebidos.

Informando, educando, divertindo, enfim, em todos os campos de atuação, a TV Cultura de Maringá soube conquistar enorme preferência entre os telespectadores daquela progressista região.

Pede-se por último, que da decisão desta Casa seja dada ciência à homenageada.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Jornal "Tríplice Fronteira", de Foz do Iguaçu, pelos seus 9 anos de fundação, bem como seja dado conhecimento desta proposição à Diretoria do semanário.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "Tríplice Fronteira", com sede em Foz do Iguaçu, foi fundado em 26.09.86, e tem participado ativamente do desenvolvimento do município, levando sempre à comunidade iguaçuense informações

das mais diversas, mantendo a população informada sobre fatos relevantes e de real interesse.

Por essa significativa contribuição ao progresso da cidade, registrando a história de Foz do Iguaçu, rendemos as nossas homenagens ao periódico, que com dedicação e competência de sua diretoria dignifica a imprensa paranaense.

REQUERIMENTO N° 2790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à sub-Prefeitura de Tamarana, no Distrito de Tamarana, Município de Londrina, alusivos ao 65° aniversário de Tamarana.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao sub-Prefeito e aos Presidentes das entidades, conforme segue em lista anexa, através de correspondências a serem encaminhadas aos cuidados de Admir Ferreira, Rua A. P. Araújo, 575 - CEP 86127-000, Distrito de Tamarana, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

Sub-Prefeitura de Tamarana

Sub-Prefeito: JOÃO MARIA DA COSTA

Rotary Club de Tamarana

Presidente: MAMOUTH WEBE ALL CTLRR

AERTA - Associação Esportiva Recreativa de Tamarana

Presidente: ANACLETO APARECIDO DA SILVA

Comissão Pró-Emancipação de Tamarana

Presidente: ADEMIR FERREIRA

Associação dos Amigos de Tamarana

Presidente: ADEMIR FERREIRA

Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Prof.^a Maria Cintra de Alcântara

Presidente: PAULO MITIO NAKAOKA

REQUERIMENTO N° 2791

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações com a Academia Feminina de Letras do Paraná, pela posse, no último dia 19, da poetisa e escritora, Chloris Casagrande Justen, na Cadeira n° 26, cuja patrona é a insigne Professora Isolda Schmidt.

A nova acadêmica é educadora, com três livros publicados, atua no atendimento aos direitos e deveres dos adolescentes, no soroptimismo e é uma das lideranças mais

expressivas dos movimentos da mulher no Estado do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento a Senhora Selene do Amaral Di Lenna Sperandio, Presidente da Academia Feminina de Letras do Paraná e a nova acadêmica, Professora Chloris Casagrande Justen.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, contendo solicitação formulada pela Prefeitura Municipal de Uniflor, para que seja doado ao município um gabinete odontológico.

Desnecessário se faz justificar a importância que tal equipamento representa, permitindo que possa a Prefeitura daquele município prestar uma assistência odontológica à população carente.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cópia ao Senhor Diretor Geral do DER, Luiz Alberto Kuster, para que proceda a viabilização de recursos para a iluminação dos trevos de acesso ao Município de Cianorte, nas interseções das Avenidas Paraíba, Pernambuco e Maranhão com a PR-323.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento deve-se ao fato de que a Rodovia PR-423, desde a muito foi readequada, e assim, urge tal iluminação, tendo em vista que os trechos que confrontam com a área urbana de Cianorte, oferecem um perigo eminente, notadamente nos trevos de acesso a cidade.

REQUERIMENTO N° 2778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, a colocação de um redutor de velocidade na PR-317 - km 62, Peabiru - PR.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

No km 62 da PR-317, está localizado o Conjunto Habitacional Hawthorne, onde habitam 100 famílias, sendo portanto grande circulação de pessoas neste trecho da rodovia. Os moradores do conjunto, pela segunda vez, manifestam-se solicitando este redutor, demonstrando portando a necessidade de mais segurança.

REQUERIMENTO N° 2779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente aos moradores do Conjunto Habitacional Hawthorne de Peabiru - PR, em solidariedade pela manifestação realizada no dia 25 do corrente, em protesto contra a falta de segurança na PR-317.

Fato este em que os moradores bloquearam a rodovia, no km 62, das 08h00 às 09h00, para despertar as autoridades sobre o problema diário enfrentado pelos trabalhadores e estudantes do conjunto.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Este é o segundo manifesto dos moradores do Conjunto Habitacional Hawthorne, que sofrem com o pesadelo da "Casa Própria", pois suas moradias foram superfaturadas durante o Governo Collor de Mello, não bastasse isso, os moradores ainda enfrentam problemas de segurança na PR-317. A comunidade vem solicitando ao Departamento Estadual de Estradas e Rodagens - DER, a colocação de um redutor de velocidade, para diminuir os acidentes, inclusive com mortes, como a ocorrida na primeira quinzena do mês de setembro de 1995.

"O Estado do Paraná, 26.09.95.

Moradores fecham rodovia

Peabiru (Sucursal de Campo Mourão) - Cerca de trinta moradores do Conjunto Hawthorne, em Peabiru, bloquearam a PR-317, no quilômetro 62, entre as 8 e 9 h de ontem. Eles protestaram contra a falta de segurança do trecho, onde é grande o fluxo de trabalhadores e estudantes.

Esse é o segundo fechamento da rodovia promovido pela Associação dos Moradores do Conjunto Hawthorne. Há 15 dias a associação bloqueou a rodovia por 10 minutos, depois da morte de um morador por atropelamento. 'Pedimos providência ao DER, mas nada foi feito até agora', protesta a moradora Idalina Rodrigues da Silva, de 46 anos. Os moradores querem a instalação de redutores de velocidade no trecho que liga o Município a Maringá.

Policiais rodoviários, que preferiram

não se identificar, afirmam que é muito raro a ocorrência de atropelamentos naquele trecho da PR-317. Segundo eles, a solução dos atropelamentos não é a implantação de redutores de velocidade, mas a educação do pedestre."

REQUERIMENTO N° 2780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente para o Secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, no sentido de que tome providências urgentes para resolver os sérios problemas que o Instituto Médico Legal, IML, de Londrina vem apresentando nos últimos meses.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A situação do Instituto Médico Legal de Londrina, vem se agravando nos últimos tempos. Falta de equipamentos e de mais pessoal especializado, entre outras questões, estão praticamente inviabilizando o desenvolvimento de um trabalho de acordo com as necessidades do município.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública, precisa tomar providências em relação ao problema, reequipando o IML e contratando mais pessoal, além de melhorar as condições de trabalho de seus funcionários. O segundo maior município do Paraná não pode continuar operando com um IML nas condições precárias em que se encontra o de Londrina. Ao Secretário Cândido Martins de Oliveira, pedimos sensibilidade para o problema e a tomada de providências.

REQUERIMENTO N° 2786

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, para, em apoio ao pleito dos Magistrados de Maringá, solicitar seja incluído no Anteprojeto da Reforma Judiciária, a ser remetida para aprovação desta Casa de Leis, o desmembramento da Vara de Infância e da Juventude, na Comarca de Maringá.

Desnecessário se faz destacar a importância que esse desmembramento significará para a Comarca de Maringá, que tem significativo número de processos específicos dessa área nas diversas Varas da Comarca, por onde transitam, e o quanto significará para a sociedade de Maringá e Região um tratamento especial para assuntos de tão relevante importância, como os da infância

e da juventude.

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(aa) MARQUINHOS ALVES

BÁSILIO ZANUSSO

"Excelentíssimo Senhor

Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento

Digníssimo Presidente do Egrégio

Tribunal de Justiça do Paraná

Palácio da Justiça - Centro Cívico

Curitiba - PR

Nós, abaixo assinados, Juízes de Direito da Comarca de Maringá, vimos respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para solicitar-lhe a remessa com urgência do anteprojeto de desmembramento da Vara de Infância e Juventude da Comarca de Maringá, à Assembléia Legislativa do Estado para que o mesmo possa ser apreciado juntamente com idêntica matéria que atende as Comarcas de Londrina e Foz do Iguaçu, já em tramitação no Legislativo Estadual.

Maringá, em 11 de setembro de 1995.

(aa) SÉRGIO ROBERTO NÓBREGA ROLAND

SHIROSHI YENDO

NEWTON PEREIRA

SÁ RAVAGNANI

LUIZ CARLOS GABARDO

e 8 ilegíveis"

REQUERIMENTO N° 2788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de São Jorge do Patrocínio.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Aparecido Faleiros, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio (Rua Mal. Rondon, 164); ao Vereador José Avelino da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Rua D. Manoel, s/n - CEP 87555-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial - CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de São Jorge do Patrocínio, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamento através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pes-

soas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Digníssima Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo tipo Kombi, para o Município de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano da Silva, Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); ao Vereador Cassio Murilo Trovo Hidalgo, Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/n - CEP 87560-000); ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - cj. 101 - Ed. Centro Comercial, CEP 87501-190 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 26.09.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão objetiva proporcionar ao Município de Iporã, meios de realizar com maior eficiência o trabalho de assistência social, garantindo o transporte de doentes para tratamento médico-hospitalar periódicos, transporte das crianças às creches, idosos e deficientes. Enfim, todo o atendimento que exija deslocamento através de veículo.

É imprescindível a colaboração do PROVOPAR, para que se possa amenizar o problema enfrentado por centenas de pessoas carentes, que dependem da ajuda da municipalidade para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 2797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, a toda Bancada paranaense no Congresso Nacional, no sentido de viabilizarem o máximo empenho político para garantir a inclusão da duplicação da BR-277, no trecho Cascavel-Foz do Iguaçu, entre as 10 emendas prioritárias a serem apresentadas pela Bancada no Orçamento da União.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A duplicação da BR-277, no trecho Cascavel-Foz do Iguaçu é uma questão de amor à vida. O índice de acidentes neste trecho é enorme e muitas vidas já foram ceifadas pela rodovia da morte. Além da questão da segurança no trânsito a duplicação é necessária devido ao escoamento das safras

agrícolas e ao desenvolvimento das relações comerciais entre os países membros do MERCOSUL. Por tudo isso, a duplicação do trecho Cascavel-Foz é uma reivindicação de extrema importância para o Paraná, em especial para a Região Oeste do Estado.

REQUERIMENTO N° 2797-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a viabilidade da instalação de uma Delegacia da Mulher, em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher é uma trágica realidade no cotidiano brasileiro. A mulher, muitas vezes, submetida a dupla jornada de trabalho ainda tem que se preocupar com a violência doméstica praticada por seus maridos ou companheiros. Uma das consequências da violência contra a mulher é a feminização da pobreza tendo como vértice a prostituição, em especial a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por isso, reitero a solicitação da instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO N° 2772

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, o editorial intitulado "Curitiba e o Funcionalismo Mundial", publicado no Jornal "Gazeta do Povo", 6.ª página, do dia 23/09/95, anexo.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 375/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de Rodovia do Calcário, a Rodovia Anel Metropolitano Interno, que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.09.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A economia da região que compreende a

Rodovia do Anel Metropolitano tem na exploração do calcário a sua base de sustentação. É do calcário que provém a maioria dos impostos arrecadados pelas prefeituras municipais e de onde provém os empregos proporcionados aos habitantes daquela região.

Assim sendo, nada mais justo que denominar de Rodovia do Calcário a estrada que liga Almirante Tamandaré ao Município de Colombo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por mais de uma vez o meu companheiro de Bancada, Emerson Nerone, usou desta tribuna para relatar fatos que têm ocorrido no Município de Pinhão, que envolvem a empresa do Senhor Miguel Zattar.

Relatou, já por mais de uma vez, nosso companheiro de Bancada, alguns fatos como queima de casas, com criança morrendo queimada, polícia paralela, que felizmente depois a Secretaria de Segurança do Estado cassou a licença e outros fatos mais.

Mas parece que aquilo que está ocorrendo no interior de nosso Estado sendo trazido, também, para Curitiba e Região Metropolitana, mais precisamente no que diz respeito à empresa Labra. A Labra, de propriedade do Senhor Miguel Zattar, não paga o salário de seus trabalhadores, há mais ou menos 3 meses. E os trabalhadores desta empresa, desesperados com esta situação, porque não tinham dinheiro para suas subsistências, sem dinheiro para pagar água e luz, estes trabalhadores entraram em greve. Três meses sem receber o salário, significa que a COPEL cortou a luz, SANEPAR cortou a água, e estes trabalhadores não têm visto uma solução para seus problemas.

E mais ainda, quando procuram a administração da empresa Labra, solicitando que libere suas Carteiras de Trabalho, para procurar emprego em outras empresas, é negado a estes trabalhadores o direito de terem seus documentos legalizados, para que possam procurar novos empregos.

Fala-se, inclusive, entre estes trabalhadores, que por mais ou menos três anos a empresa do Senhor Miguel Zattar, a Labra, não recolhe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e nem o INSS. E muitos desses trabalhadores que têm seu emprego, não têm sua Carteira de Trabalho inclusive assinada. Já pediram para que o Ministério do Trabalho se manifestasse, e mesmo após a manifestação das autoridades competentes não têm estes trabalhadores encontrado solução para seus problemas.

Com os trabalhadores em greve a empresa faz todo tipo de pressão, para intimidá-los. Não conseguindo a intimidação, numa das reuniões com a comissão que fala em nome desses trabalhadores, a empresa tentou suborná-los para que na assembléia dos mesmos mentissem, visando por fim a reivindicação deles. Reivindicação pura e simples de pagamento de salário de três meses que trabalharam e até agora a empresa não pagou.

Fazem 15 dias que esses trabalhadores estão em greve e esperam uma decisão, esperam uma intervenção das autoridades competentes e nesse período todo, o sindicato da categoria tem sido omisso, tem sido considerado por esses trabalhadores como um sindicato pelego, que é o sindicato dos trabalhadores químicos e farmacêuticos.

Esses trabalhadores hoje, na espera da solução, que desejamos seja a mais breve possível, queremos dizer a eles, que nós como Deputado Estadual do PT, damos apoio a este movimento e cobramos da empresa a solução imediata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati no Pequeno Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná será honrado na próxima segunda-feira com a visita da maior autoridade deste País, que é o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Não sei quantas vezes o Presidente já veio ao Paraná. Lembro-me de pelo menos duas outras oportunidades em que o Chefe da Nação esteve aqui.

Mas Senhor Presidente, aproveitando esses dias que precedem a visita da mais alta autoridade do País, gostaríamos de lembrar um projeto muito bom, que há quatro anos atrás o então Senador Fernando Henrique Cardoso, submeteu à apreciação do Plenário do Senado da República e esse projeto foi aprovado. Trata-se do projeto criando o imposto sobre fortunas, através do qual quem tiver mais, quem for mais rico pagaria mais imposto. Que bela lei, que belo projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso, porque o caminho para melhor distribuição de rendas no País, passa obrigatoriamente pela cobrança de imposto de quem tem mais. Quer dizer, quem não é rico não precisa ficar chateado com o hoje Presidente e no passado Senador Fernando Henrique Cardoso, porque quem não é rico com a aprovação desse projeto não pagará imposto.

Mas estranhamente, Senhor Presidente, esse projeto aprovado há quatro anos atrás foi remetido para a Câmara dos Deputados e

ali ficou adormecido quatro anos, mofando nas gavetas da Câmara dos Deputados, agora, um Deputado, de maneira também inteligente conseguiu colher 312 assinaturas de um total de 515 Parlamentares e está fazendo o projeto andar, está fazendo o projeto voltar ou ser encaminhado para tramitação no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para quem não sabe o projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados quando aprovado vai para o Senado, quando o projeto é de iniciativa do Senado antes da Sanção Presidencial ele passa igualmente pela Câmara dos Deputados. Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que é estranho, o que é ridículo, parece que só no Brasil é que ocorre uma história de mau humor como essa, em que o autor do projeto, sobre as fortunas do Brasil, foi o Senhor Fernando Henrique Cardoso. É de maneira inacreditável a Folha de São Paulo e a grande imprensa nacional tem noticiado que agora, o projeto corre o risco de ser aprovado na Câmara e conseqüentemente transformado em lei. O mesmo autor do projeto o Senhor Fernando Henrique Cardoso através da máquina de pressão do seu Governo, está pressionando os Deputados Federais para que rejeitem o projeto de Senhor Fernando Henrique Cardoso. Seria semelhante o Governador Jaime Lerner mandar um projeto a esta Casa e ele mesmo trabalhar para que o projeto seja derrubado.

Então queremos aqui Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazer uma crítica a essa postura do então Senador e hoje Presidente Fernando Henrique Cardoso. Acho que por contribuições como essa, por mais exemplo como esse é que a classe política como um todo caiu no desprestígio, caiu no descrédito e fica totalmente desmoralizada perante a opinião pública.

Gostaria de fazer um apelo aos Senhores Deputados, o nosso apelo é para que os Senhores Deputados Federais não cedam e não caiam e não se curvem diante das pressões do Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso e aprovelem esse projeto. É hora sim de cobrar imposto de quem é milionário, alguns deles verdadeiros parasitas, donos de enormes e incalculáveis fortunas e que nada fazem pelo social, pelo contrário, alguns até provavelmente enriqueceram às custas da exploração em cima do trabalhador mais pobre.

E por último Senhor Presidente, a partir da meia noite sobe o preço do combustível em todo o Brasil. Essa é outra crítica ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O combustível, a gasolina vai subir nas capitais 11,1% e de maneira que não dá para entender, o Governo resolveu dar uma ferrada em quem mora nos cinco mil municípios do interior brasileiro, o aumento será de 13%. Senhor Presi-

dente será que o Governo Federal entende que quem mora no interior é mais rico, mais privilegiado, quem mora na Capital, na visão do Governo é mais pobre precisa de mais ajuda e até de subsídio.

Então lamentamos profundamente essa falta de respeito do Governo Federal com a grande massa do povo brasileiro que se concentra em mais de cinco mil municípios do interior brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Valho-me da oportunidade de a Comissão Municipalista discutir hoje com representantes do interior inclusive, a respeito, de uma série de problemas que atinge a base dos municípios do interior do nosso Estado do Paraná.

E me preocupa profundamente com determinados conceitos que são colocados muitas vezes nessa Casa e passam a ter ares de verdade, quando na verdade, não são assim. Ontem o Deputado Rossoni tentando justificar o não pagamento dos convênios de calçamento de pedra irregular devido a não ter acontecido a venda das ações da COPEL. Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ilustre Deputado Rossoni. Todos nós sabemos de que não é verdade esse argumento. A venda das ações da COPEL, trabalhada entre os Deputados do Governo passado, foi uma venda carimbada. Estradas seriam executadas, trechos de asfalto foram encaminhados com o produto da venda das ações. Um percentual disso seria colocado para casas populares e em outro, para construção da Usina de Salto Caxias. Consequentemente, não há nenhum comprometimento do orçamento deste ano em razão de não ter acontecido a venda das ações da COPEL, principalmente em honrar os convênios assinados anos anteriores e falamos muito em geração de emprego. Entre duas regiões que conheço mais de perto - oeste e sudoeste do Paraná, indiscutivelmente, temos hoje de 3.550 a 4.000 empregos perdidos pela paralisação dos trechos de construção de calçamento de pedra irregular, calçamentos esses, dos quais, quase 70% do seu custo é exatamente para mão-de-obra desqualificada, frente de trabalho, socorro para aqueles que precisam trabalhar e nós, lamentavelmente desde o mês de maio, que as prefeituras ou as firmas que estão construindo, pequenas empresas do interior, não têm recebido o pagamento e por isso mesmo, têm terminado com essa atividade.

Veja bem: falamos em queda de receita. Apresentamos dias atrás, num debate inclusive a situação da receita do Estado do

Paraná. No mês de julho de 1994, o Governo arrecadou 156 milhões, 421 mil. No mês de julho de 1995, arrecadou 229.779. No mês de agosto de 94: 189 milhões e 11 mil. Em agosto de 95: 235 milhões, 242 mil. Em setembro: 1994, 200 milhões; em 1995, 239 milhões, 295 mil.

Portanto, o aumento da arrecadação real em moeda real, estável, transformada em dólar, como se queira, com indexador qualquer, confiável, tem apresentado evolução de receita no Estado do Paraná.

Ora Senhores, se temos obras que inclusive o grosso da sua despesa já foi feito, como por exemplo, a conclusão da Usina de Segredo - é verdade, temos hoje o reinício ou o início da construção de Caxias, mas com a despesa inicial de uma usina, não com o forte da despesa no andamento de uma obra. A FERROESTE, com o grosso da sua despesa já realizada, nunca interrompida, a ponte ligando Guaíra, por razões estranhas, muitas comentadas na região do oeste e do sudoeste, parada até hoje, quer dizer, se estancamos despesas fixas, se continuamos com evolução de receita do Estado do Paraná, mês a mês no comparativo de 1994, responda-me Senhor Presidente, onde está indo o dinheiro arrecadado do Estado do Paraná, que não estamos fazendo o pagamento dos convênios firmados?

Muitas e muitas Prefeituras do interior estão com dificuldade para continuar convênios inclusive de reconstrução de salas de aula. Não se pagam convênios de pedra irregular, os pequenos convênios do nosso Estado, não se dá continuidade àquilo que atingia a base do município e a receita está aumentando. Então, estamos tendo um equívoco administrativo, o que é terrível para um Estado como o nosso, que nesse descompasso total do Governo Federal precisaria, mais do que nunca, a presença firme e forte do Governo do Estado no socorro às pequenas comunidades. Alguma coisa está acontecendo!

Para encerrar, gostaria de propor a esta Casa que a Comissão competente entrasse em contato com o Secretário Deni Schwartz - dos Transportes, e perguntasse ao Secretário se precisa suplementação da verba da Secretaria de Transporte consiga a mensagem de suplementação para esta Assembléia.

Que em nome da Bancada do PMDB assumo, aqui, o compromisso perante as demais bancadas de apoio ao Governo. Votaremos a favor à suplementação sim, para que os convênios assinados possam ser honrados pelo Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - João Techy com a palavra.

O SR. JOÃO TECHY - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós que estivemos sempre ao lado do Governador Jaime Lerner em sua campanha para Governador, estamos sempre ansiosos para ver desenvolvidos pela equipe do Governador, o trabalho em transformar a qualidade de vida da população paranaense. Na área da saúde esses resultados já estão sendo verificados. E com excelente aproveitamento, conforme demonstraremos a seguir.

O Senhor Secretário Armando Raggio, tem visitado o interior do Paraná para participar de reuniões com Associações dos Municípios do Paraná, com quase todas as associações regionais de municípios e com as regionais de saúde a fim de celebrar convênios e fazer verificações em postos de saúde; em Brasília fazer reuniões da gestão tripartite: União, Estado e Município. Discutir assuntos relativos ao SUS, reuniões do CONASS e reuniões do Conselho Nacional da Seguridade Social, onde o Secretário de Saúde é representante de todas as unidades federativas do país.

Tem um trabalho que já venho acompanhando e participando como médico de saúde, das vacinações, onde 1 milhão de crianças até 5 anos são vacinadas, como: poliomielite, e manter o privilégio ainda de ter o certificado de erradicação da poliomielite. E até o ano 2000 liquidar também com o sarampo. A varíola, que já está extinta, foi por essa massificação da vacinação. E, além disso, as crianças recebem vacinas de difteria, tétano e coqueluche e a vacina tríplice, viral também, contra rubéola, cachumba e sarampo, lançadas no Brasil. Aqui no Paraná, 2 milhões e 300 mil crianças já foram vacinadas. E a vacina contra hepatite B, que tem um custo elevado, também entrou na rotina aqui no Estado. Um trabalho muito bom de prevenção de doenças que já salva milhares de vidas. Tem 23 mil pessoas nessas atuações de imunidade, em 11 mil postos de saúde espalhados por todo o Paraná.

A questão de medicamento, que hoje é muito séria, não adianta dar consulta, sem ter o remédio. O Governo estabeleceu uma lista básica de medicamentos de largo uso, para todos os municípios paranaenses, que é o programa da Farmácia Básica, com distribuição sob critério técnico, indicador de saúde, sociais, ambientais, abandonando o critério político dos anos anteriores. Quer dizer, dá-se o medicamento a quem necessidade tem, e todos os municípios já receberam suas remessas, que se repetem infalivelmente a cada três meses.

Há crise nos Estados, alguns faltam aspirinas, porém não é tão problemático. No Paraná, há o caso e a situação de falta de medicamento está sob controle. Em ou-

tubro já vem a terceira remessa deste ano. Além da Farmácia Básica, o Governo continua a repassar trimestralmente mais de 20 milhões de unidades de medicamentos voltados a programas especiais.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado, permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado João Techy, é que na verdade Vossa Excelência, embora seja um conhecedor desta área da saúde, creio que o Senhor deve estar falando de um outro Estado que não o Paraná, porque no que tenho notado, e acho que os Senhores Parlamentares aqui talvez possam confirmar, não é este o quadro que a gente vê nos municípios, de terem sido disponibilizados medicamentos, nem politicamente e mesmo administrativamente, medicamentos para os municípios.

O Senhor me desculpe, mas as Prefeituras não têm recebido isto. Os medicamentos que foram, são risíveis perante a demanda que se tem para a população, principalmente a população de baixa renda.

O Senhor me desculpe, mas estamos falando de outro Estado que não o Paraná, na questão de medicamentos.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - A questão de medicamento, eu por experiência própria, se tiver em quantidade e a população realmente consultando o que assim gera muita distribuição de medicamento, muita quantidade de consulta e as consultas são difíceis de barrar, digamos, quem é carente, quem não é.

Então, atualmente a pessoa pega uma receita, vai querer o medicamento gratuito, tenha ela ou não tenha condições. Então, eu, por experiência própria, já reparei que não tem quantidade. Quanto mais produzir, mais se distribuir, mais se gasta. Na minha região, tenho conferido, tem ido regularmente, não uma linha muito extensa, mas está sendo regular a quantidade de medicamentos, pelo menos na minha região...

O Sr. Romanelli - Em Irati, não.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - ...tenho notado uma regularidade até melhor do que o ano passado, que vinha e falhava muito o período, inclusive eu trabalhava em posto de saúde na ocasião. Então tenho verificado, e eles têm recebido.

Em suma, pelo menos em número, quatro milhões de reais por mês são gastos atualmente com a política de medicamentos. E é bancado com recursos do Tesouro e o Ministério da Saúde não vieram nem 6% para essas aquisições. Além da distribuição, o Estado tem investido na produção, feito convênio, isto é muito importante, a gente

que conhece medicamento, sabe que muitos deles podem ser produzidos apenas com a mistura proporcional de compostos químicos, mas fez convênio com a Universidade de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, que os Prefeitos, inclusive, têm comentado como favorável e a medicação, muitas vezes é misturar um líquido com pó, e ele consegue assim algum medicamento básico como esse mais simples, como para escabiose. Enfim, dá para manipular também nas Universidades.

E ainda neste mês, Senhor Presidente, a Secretaria de Saúde do Estado distribuirá também o AZT. Este é um medicamento importado e já vai ter, para tratamento da AIDS.

As centrais de marcação de consultas, que são muito importantes para acabar com a perambulância até, a ambulância fica transportando pacientes do interior para as cidades, organizam sistemas de consultas. Então, a primeira central já foi inaugurada há um mês, pelo Governador Jaime Lerner, em Maringá, uma segunda central está funcionando experimentalmente em Paranavaí, e na sequência vai ser em Ponta Grossa, Campo Mourão, Umuarama, Guarapuava, Apucarana, Cornélio Procopio, Francisco Beltrão, Telêmaco Borba, Foz do Iguaçu e Pato Branco. Para a instalação de centrais, está investindo na compra de equipamentos na área de informática.

Segundo o Presidente da CELEPAR, este é um projeto pioneiro em todo o País e está mostrando como a informática pode ser também utilizada como instrumento para controle de várias questões de saúde. Cada central possui em média dez computadores e dezoito funcionários, e vai apontar também quais as carências de especialidades e de leitos hospitalares.

O Prefeito de Maringá sente-se agradecido e honrado com a implantação da primeira central naquela cidade, assinado pelo Prefeito Municipal daquela cidade.

Agentes comunitários, tenho na prática também observado esse trabalho, que foi uma idéia do Governo passado ainda, mas que vai se manter agentes comunitários, cerca de quatro mil para o nosso Estado. E já vem sendo aplicados 65 milhões, para incentivar o trabalho desses agentes comunitários do Paraná. Esses agentes são verdadeiros educadores, eles trabalham no interior, nos locais aonde tem aglomeração de pessoas, visitando comunidades, e há um elo de ligação entre a população e o serviço de saúde, orientando inclusive medicação a base de ervas.

Esse atual Governo, a exemplo do Governo anterior, vem mantendo esses agentes. Os resultados repassados pela Secretaria de Saúde são para estimular a ação dos agentes comunitários. A partir de ou-

tubro, cada prefeitura deve assumir o programa, uma vez que beneficia, e muito, o seu município.

E auxílio aos hospitais, sabemos que os hospitais estão carentes e deficitários em equipamentos, os hospitais do interior poderiam fazer mais atendimentos, mas estão carentes de equipamentos. Em 14 de agosto deste ano, o Governador Jaime Lerner liberou aproximadamente três milhões para 37 municípios aplicarem na área de assistência hospitalar. São recursos do Tesouro Estadual para atender reivindicações das prefeituras há vários meses, bem como o Hospital de Clínicas, que já recebeu 417 mil, e da Fundação Hospital Rural de Ubiratã que também foi beneficiada.

É necessário que os hospitais, como os postos de saúde, venham com isso melhorar as condições já existentes, visando um funcionamento com plena capacidade. E esse dinheiro repassado será aplicado na instalação de novos equipamentos e consultórios. Isso é muito importante no interior termos melhor assistência. E o Governo, em outubro, vai dar mais ênfase a esse projeto, com recursos também do BIRD.

E a rede de hospitais comunitários, Santas Casas, o Governo implantará o projeto da cesta básica de insumos, com expressivo auxílio aos municípios e as entidades filantrópicas. Estes são aparelhos de uso constante, pinças, luvas, produtos químicos para assepsia de materiais, e uma cesta básica de remédios para tratamentos nestes mesmos hospitais.

Problema muito sério é trauma de emergência, acidente, onde é comum pegar um paciente, lá do interior, viajar 300, 400 quilômetros para trazer num centro mais especializado. E até o final do ano, estarão funcionando em Londrina, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, unidades do SIA-TE, a exemplo do que já existe em Curitiba há 5 anos. Estes sistemas fazem parte do projeto de expansão.

Paraná, mais Saúde, o Governo Jaime Lerner, para melhorar este atendimento, ele está estendendo ao interior também atendimentos aos acidentados, sem precisar deslocar pacientes para a capital ou centros maiores. O Programa que prevê a instalação de unidades em 22 municípios, cobrindo toda a região urbana do Estado, é um trabalho conjunto da Secretaria da Saúde, da Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros e dos municípios.

No Paraná, como em todos os outros Estados, a principal causa de morte violenta é o acidente de trânsito, isso todo mundo sabe, e para cada morte, há dois casos de invalidez permanente, e jovens que têm que se ater a uma cadeira de rodas ou aparelhagem para poder se locomover.

No ano que vem, o programa expansão do

SIATE prevê, unidade de Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e um município da Região Metropolitana de Curitiba, complementando assim a primeira parte deste projeto. Na segunda e terceira fases, serão integrados os 22 municípios que cobrirão toda região urbana do Estado. E vai também o Paraná ganhar uma Central Estadual de Transplantes. Isso para coordenar o fluxo de captação e distribuição de órgãos. O Governador Lerner implantará em 371 municípios paranaenses, enfim, todos os municípios do Paraná terão interligação com a Central de Transplantes.

Até hoje o Paraná não tem um sistema organizado para cuidar da coleta, transporte e distribuição de órgãos para transplantes. É importante, porque têm filas enormes para transplantarem órgãos e muitos falecem nestas filas, quando um programa desses tiraria este pessoal das filas e daria nova vida a esses pacientes.

A central atenderá, inicialmente, os transplantes de rins, que têm o maior número no Estado, cadastramento de pacientes e doadores, até o processo de coleta e transplante de órgãos.

O Paraná possui 16 centros de transplantes e hoje são 1.620 pessoas que fazem diálise renal, quando uma simples cirurgia resolvia. Candidatos a esses transplantes em longas e demoradas filas. Em segunda etapa a Central de Transplantes abrangerá também a doação de outros órgãos como coração, fígado, pulmões, córneas e pâncreas. Vários transplantes se perdem por falta de agilidade, a idéia é fazer as coisas ágeis para dar competência ao sistema.

Senhor Presidente, devo acrescentar que em breve a Secretaria de Saúde concluirá o projeto "Linha da Saúde Regional", o que completará o tripé da marcação de consultas especializadas, da internação e do transporte de pacientes.

Finalmente, Senhor Presidente, tem merecido do Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, maiores cuidados e o enfrentamento, a morte infantil que é um problema sempre, que mede até a nossa condição social e as questões pertinentes a saúde da mulher, além de todos os projetos enumerados que convergem a esse fim, o Governo elabora consistentes programas de combate a mortalidade infantil e a morte materna, com os quais a Secretaria de Saúde pretende evitar 90% dessas mortes. Sua semente já foi lançada: são os comitês regionais da prevenção da mortalidade materno infantil, que mereceu desta Assembleia um voto de louvor, aprovado por unanimidade a proposta do nobre Deputado Luiz Accorsi, Presidente também da Comissão de Saúde.

O Governo deseja criar entidades sau-

dáveis onde os paranaenses, quando precisarem, serão atendidos com qualidade, próximos do local onde moram ou trabalham.

Diante da escassez de recursos em que se debate a administração pública, e particularmente, da crise financeira e gerencial que vive o SUS em todo o País, conforta-nos ouvir do Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, Adib Jatene, que a política de saúde do Governo do Paraná, "Paraná mais Saúde", é um exemplo que deverá ser seguido pelos demais Estados da Federação.

Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, quando vem a esta tribuna trazer o resultado de 8 meses da gestão do Secretário Armando Raggio, toda sua equipe, a frente da Secretaria Estadual da Saúde. Gostaria - além dos dados que Vossa Excelência colocou - dizer que os índios da Reserva de Mangueirinha, receberam, no final da semana, um lote de 25 itens de medicamentos, e esta entrega foi feita pela Secretaria Estadual de Saúde, e atenderá cerca de 1.443 famílias.

Um dado interessante, Deputado, é a primeira vez que os índios recebem tantos medicamentos, como disse o próprio Cacique João Santos. Foram doados vários tipos de medicamentos, e a distribuição será feita de seis em seis meses para 15 reservas indígenas do Estado do Paraná, e a proposta é aumentar de 25 para 35 itens no próximo lote.

Então, quer dizer, além da farmácia básica que está sendo distribuída a todos os municípios, independente de cor partidária do Prefeito - porque a saúde do povo não tem cor de Partido - mas tem a preocupação do Governador, além desta farmácia básica que está sendo distribuída, também os índios estão recebendo, já receberam no final da semana esta cesta básica.

Acho que é um trabalho importante, em que pese toda a problemática da questão do SUS, do repasse das verbas para hospitais, essa luta do Ministro Jatene com a criação de um novo imposto nesta área, o Paraná com todos os problemas que vem enfrentando, está dando resposta nesta área, onde Vossa Excelência - a exemplo do Deputado Accorsi, que são médicos - tem conhecimento de toda a precariedade que ela tem, mesmo assim o Estado do Paraná está dando esta resposta.

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que o Secretário Armando está realmente desenvolvendo um belo trabalho a frente da Secretaria.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Repetindo a

questão de medicamentos, tenho por experiência, a questão mais difícil de manter esse programa, apesar disto está sendo mantido, porque dizer que não entra política no município é difícil, acaba sempre favorecendo algum conhecido, algum amigo, deixando de atender às vezes, a comunidade carente. E as pessoas que conhecemos, podem comprar o medicamento, e as vezes, eles querem ganhar gratuitamente, tanto que existem farmácias de venda dos medicamentos, mas a pessoa não fica satisfeita, ela quer ganhar.

O Sr. Luiz Carlos Zuk (Aparte) - Deputado

João Techy, quero cumprimentá-lo, primeiro pela sua eleição, que foi realmente baseada na saúde, no atendimento ao menos favorecido, principalmente na mão amiga, não só do seu estabelecimento hospitalar, mas nas visitas que Vossa pessoa fazia e continua fazendo, sei que o fará sempre naquele que realmente não tem condições de pagar uma consulta médica. A sua pessoa, principalmente o seu diploma, sempre esteve entregue àqueles que mais necessitam.

Quero, neste instante, cumprimentá-lo pelos dados do Governo do Estado, mas de perto da Secretaria da Saúde. Segundo, também homenageá-lo, que foi um dos poucos oradores que todos ouviram sentados, realmente foi um dos oradores que enaltece esta Casa de Leis e principalmente, a presença da sua pessoa na tribuna.

Meus cumprimentos, que retorne em outras ocasiões com assuntos que é do máximo interesse da família da Paraná.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Quero finalizar.

O programa final em andamento, em estudo, e com bastante transformações ainda, quer dizer projeto de cidades saudáveis, com isso cidades saudáveis, inclusive chegando naquela condição de a população não depender tanto de medicamentos. Porque acho que é muito medicamento que se toma no interior, talvez barateie até nessa questão desses investimentos em medicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nossa presença na tribuna, na tarde de hoje, diz respeito a pedir, Senhores Deputados, atenção especial e evidentemente o apoio necessário para que possamos ver aprovado um Requerimento que apresentamos no dia de ontem, que teve sua discussão adiada para a Sessão de hoje, onde estamos pedindo que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário da

Fazenda, Miguel Salomão, que preside o Conselho de Administração do BANESTADO, para que em entendimentos com aquela instituição financeira, preste as seguintes informações à Assembléia Legislativa a respeito do Programa "Panela Cheia":

- 1° - Situação atual do Programa;
- 2° - Total de recursos aplicados até 31.12.94;
- 3° - Número de produtores atendidos até 31.12.94;
- 4° - Número de produtores atendidos até 1995;
- 5° - Origem dos recursos utilizados;
- 6° - Previsão de aplicação de recursos para o biênio 95/96.

A razão de estarmos apresentando este Requerimento, é de que no mês de fevereiro, nos dias 20 e 21, a imprensa anunciava que estava sendo extinto o Programa de Financiamento a Produtores Rurais "Panela Cheia.

Naquela oportunidade, na condição de Coordenador, Presidente do Bloco Agropecuário, fizemos chegar aos Senhores Deputados, fotocópia daquela notícia veiculada em jornais do Estado do Paraná.

Vimos a tribuna e outros Parlamentares também aqui compareceram, manifestando-se naquela oportunidade de forma contrária, de forma a entender que o Programa "Panela Cheia" deveria continuar. Destas manifestações na Assembléia Legislativa, resultou, por iniciativa da Liderança do Governo e da Presidência da Casa, a vinda a esse Parlamento do Secretário da Agricultura, Hermas Brandão e do Presidente do BANESTADO, Luiz A. Fayet, e naquela oportunidade, por mais de duas horas, o Presidente do BANESTADO, Secretário da Agricultura e Parlamentares, debateram sobre a importância de que esse programa permanecesse e de que fosse realmente dado a ele uma prioridade em termos de ação do Governo, voltada principalmente aos pequenos produtores do Estado do Paraná.

Ao longo desse período, nós, até o presente momento, embora naquela oportunidade tivesse ficado ajustado, não recebemos do BANESTADO nenhuma informação sequer com referência ao Programa "Panela Cheia". Naquela oportunidade dizia o Presidente do Banco que seria feita, até se necessário fosse, uma completa auditoria no programa para fazer uma avaliação completa desse programa ao longo da sua existência.

Concedo aparte ao Deputado Caíto.

O Sr. Caíto Quintana - Não quero roubar o seu espaço, mas não quero deixar passar em branco uma colocação.

Alega-se falta de recursos para manter o Programa "Panela Cheia". Agora, o BANESTADO veio aqui e alegou sigilo bancário para não explicar uma série de emprés-

timos nebulosos feitos pelo Banco, que aliás, vamos - a partir desta semana - cobrar, porque além daqueles, outros tantos pipocam por aí. Quer dizer, o apoio para o "Panela Cheia" não dá, mas alguns empréstimos inexplicáveis estão acontecendo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Naquela oportunidade - e é bom que o Deputado Caíto faça esse aparte nesse momento - ficou entendido que o Programa era prioritário, que o Governo daria, dentro das ações do BANESTADO, principalmente da Secretaria da Agricultura, prioridade aos pequenos produtores e que se não pudesse permanecer existindo o Programa "Panela Cheia", que outro Programa seria implantado de forma a que os agricultores pudessem ter assegurada a condição de financiamento com equivalência-produto.

Infelizmente já se passaram 8 meses e não recebemos nenhuma informação a respeito de como andou o programa, de quantos produtores foram financiados; qual a fonte de recurso: se dinheiro próprio do BANESTADO, se dinheiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico; qual foi o comprometimento do Tesouro Estadual na manutenção do Programa "Panela Cheia"; e o fato é que os agricultores que estão vivendo no Estado do Paraná uma situação difícil, a exemplo dos seus companheiros do Brasil como um todo, tiveram além dessa dificuldade de uma política econômica brasileira que penaliza a agricultura, tiveram também, a nível de Estado do Paraná, extinto o Programa "Panela Cheia".

E além disso, ficamos nós aqui, os Deputados, infelizmente, aguardando até o presente momento, as informações que não chegaram até nós para que pudéssemos, junto com o Secretário Hermas Brandão e junto com o próprio BANESTADO, fazermos uma avaliação aprofundada deste programa. E aí sim decidirmos, em conjunto, se poderíamos ou não dar sequência, se deveria o programa ser reativado. O fato é que sem essas informações, sem que o Banco nos remeta essas informações, temos que realmente vir aqui, pedir através de um Requerimento da Assembléia, que nos sejam enviadas essas informações. Porque continuamos acreditando que o Programa "Panela Cheia", o programa de calçamento com pedras irregulares, o Programa "Casa da Família", o Programa "Bom Emprego Rural" ou "Bom Emprego Urbano", eram programas que estavam à disposição dos agricultores, dos pequenos industriais, dos sem teto, dos municípios do Paraná e que foram eliminados, paralisados ou estão num ritmo muito lento, que não corresponde, evidentemente, não só à expectativa dos nossos Prefeitos, mas principalmente, dos trabalhadores produtores

rurais do nosso Estado.

Portanto, peço aos Senhores Deputados que aproveemos este Requerimento para que possamos ter conhecimento do Programa "Panela Cheia" por inteiro, e aí, então, poderemos fazer um melhor juízo a este respeito. Se venho hoje a tribuna cobrar do BANESTADO estas informações, pedir ao Governo que dê o seu posicionamento acerca do Programa "Panela Cheia", devo também, vir aqui em meu nome e em nome do Deputado Ricardo Chab, congratular-me com o Secretário Hermas Brandão e com o próprio Governador por terem baixado o Decreto n° 1094 que estabeleceu o deferimento, uma base de cálculo reduzida para os produtos bovinos: carnes frescas, miúdos, nas operações interestaduais.

Todos sabemos e foi aqui anunciado por nós, pelo Deputado Chab, pelo Deputado José Maria e por outros Deputados que o Paraná estava sofrendo uma concorrência desleal, os frigoríficos já estavam fechando, desemprego acontecendo. Porque outros Estados haviam reduzido a sua base de cálculo e o ICMS que hoje era estipulado em 12% estava sendo cobrado 7%, numa deslealdade, numa guerra fiscal que vinha só em prejuízo do Paraná.

No último dia 15 o Governador baixou o Decreto n° 1094 e este assunto está equacionado e merece de nós, evidentemente, o reconhecimento para o fato de que o Governo atendeu, neste caso, a um pleito da Assembléia Legislativa firmado através de um requerimento de nossa autoria e do Deputado Ricardo Chab que foi aqui aprovado pela unanimidade dos Srs. Deputados. É o mesmo comportamento que queremos do Governo no caso do Programa "Panela Cheia".

A Assembléia, naquela ocasião, reunida com o Secretário Hermas, com o Presidente do BANESTADO ajustou que viria à Assembléia essas informações e elas não vieram. Por isso que, nesse momento, ao reconhecer o atendimento a um pleito feito pela Assembléia, pelo Governo, viemos aqui exigir, cobrar que as informações prometidas referentes ao Programa "Panela Cheia" venha à Assembléia o mais rápido possível.

O Sr. Ricardo Chab - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só gostaria, naturalmente como um dos Deputados que assinou o Requerimento, mostrar o nível da Oposição no Paraná. É uma Oposição que mostra, realmente, o caminho melhor.

Nós que coletamos, - esta é a Oposição construtiva, - esse pedido das pessoas que trabalham em frigoríficos, enfim, discutimos isto inclusive com o Annibelli, Deputado José Maria, a sua pessoa, então isto mostra na verdade como a Oposição, uma

Oposição consciente, uma Oposição criteriosa, mostra os melhores caminhos.

E quero naturalmente, só deixar esta palavra e deixar isto registrado porque havia essa distorção, mas que cortava naturalmente a possibilidade do acesso desse derivado em outros Estados por causa do ICMS e de repente tudo isto foi solucionado.

E quero ao mesmo tempo em que falo sobre a Oposição construtiva, consciente, quero também parabenizar o Governo por ter acolhido a nossa opinião.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e mais uma vez peço aos Srs. Deputados que votemos favoravelmente ao requerimento que pede informações ao Programa "Panela Cheia", para que possamos conhecer este Programa na sua profundidade, no seu alcance e depois decidirmos o que fazer para frente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PT com a palavra. Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores em reunião realizada hoje pela manhã decidiu votar contra a Emenda à Constituição do Estado que suprime do Art. 179, § 7º, a expressão "até o limite de 10%, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários".

Entendemos por um lado a preocupação dos Prefeitos municipais, particularmente os pequenos municípios, na medida em que como nos disse o Deputado Toti Colaço e o Deputado Pessuti, o Tribunal de Contas tem atendido esses 10% aplicado no 25% constitucional, o que resulta em apenas dois e meio por cento como limite superior para os gastos com transporte escolar e material didático.

No entanto achamos que uma Emenda tão simples como esta que foi apresentada não merece ser aprovada. Queríamos outras alternativas mais complexas, mas fundamentadas para resolver esse problema particular nos pequenos municípios do Estado do Paraná. Entendemos que tudo que diz respeito a educação, toda a legislação relativa a educação deve ser muito bem pensada e esta Assembléia deve refletir com números sobre as questões dos pequenos municípios, dos médios, grandes municípios. Na realidade são completamente diferentes. Um município grande como Ponta Grossa, os recursos, o percentual de recursos gastos com transporte escolar é pequeno. Ao contrário de um município pequeno como São João do Triunfo os recursos gastos com transporte escolar são grandes.

Por isso, essa realidade diversa amea-

ça um aprofundamento da análise por parte da Assembléia para que possamos talvez apresentar uma Emenda que diferencie os pequenos dos grandes e dos médios municípios para que não prejudiquemos a educação, porque sem dúvida se deixarmos em aberto a Constituição do Estado isto vai dar margem a uma série de manobras possíveis.

Vou dar o exemplo de Ponta Grossa: lutei cinco anos como Vereador de Ponta Grossa para aprovar um projeto de lei concedendo o transporte gratuito à criança pobre, estudante de primeiro grau. Conseguimos o transporte gratuito para as crianças pobres até a oitava série como direito constitucional, na medida em que a Constituição estabelece o direito ao ensino de primeiro grau como direito público, um dever do Estado, um direito do cidadão.

No entanto, o lobby do transporte coletivo impediu durante cinco anos a aprovação desse projeto e quando foi aprovado foi de forma diferente, resultando em que a Prefeitura tivesse que pagar o interesse do transporte coletivo somente o monopólio do transporte coletivo da cidade, que a Prefeitura tivesse que gastar que não precisava gastar porque é um direito das crianças ter o passe para estudar para a oitava série, as crianças pobres.

Então, esse é um tipo de manobra que pode acontecer por interesse dos monopólios de transporte coletivo do Paraná e do Brasil.

Nessa linha de argumentação, entendendo ainda que um dos problemas mais sérios hoje da escola pública é o baixo salário que recebem os professores, tanto a nível de Municípios, onde Professores ganham muito pouco, até municípios maiores como Ponta Grossa que também o salário é muito baixo, achamos que a rejeição desse artigo, a aprovação dessa emenda poderá fazer com que menos recursos sejam destinados à construção de escolas e ao pagamento do salário dos professores das redes municipais e estaduais. Por esse motivo é que a Bancada do PT refletiu que devemos rejeitar a Emenda hoje e podemos junto com outros Deputados, com outras Bancadas estudar uma Emenda melhor para resolver o problema não só dos pequenos, mas dos médios Municípios, não prejudicando a educação.

O Sr. Emerson Nerone - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Péricles, concordo com a sua argumentação e gostaria de fazer algumas considerações. Há um entendimento hoje em toda a Assembléia Legislativa de que esse limite de 10% sobre os 25, um entendimento a nosso ver errôneo do Tribunal, mas é as-

sim que eles estão julgando, é pouco, de 2,5% do orçamento para municípios que têm a população rural maior que a população urbana, que não é o caso de Maringá que gasta 0,5% do transporte, mas é o caso da maioria absoluta dos municípios do Paraná. Esse limite de 2,5% é pouco. E quando no ano passado se discutia o limite de 10% sobre o orçamento e não como o Tribunal tenha entendido, queríamos contemplar exatamente os municípios pequenos do Paraná.

Quando a Bancada do PT decidiu, - e era isso que gostaríamos de expor agora, - parecer contrário, ou pedir a retirada dessa Emenda constitucional, também pedíamos juntamente com isso de que fosse em Regime de Urgência colocado uma outra Emenda constitucional porque os prefeitos, os administradores para este ano vão ter problemas sérios com a sua prestação de contas se esse limite continuar em 2,5%.

Então, ao mesmo tempo que nos posicionamos contrários a retirada simples, deixando então que o limite de 25% possa todo ele ser gasto em transporte, a Bancada do PT se junta à reclamação, a todas as consequências dessa má interpretação do Tribunal e pede que a Assembleia Legislativa, em Regime de Urgência, repense e recoloque em discussão uma outra proposta e aí sim contemplando talvez 40% desses 25, o que daria exatamente o entendimento anterior, o entendimento da Assembleia Legislativa do ano passado que era o gasto de 10% sobre o total do orçamento.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Além de que Deputado Emerson Nerone, todos sabemos que apesar de existir esse dispositivo constitucional muitos municípios acabam burlando a Constituição, achando muitas alternativas, porque o orçamento do município muitas vezes é obra de ficção, todos sabemos disso também. Entendemos que a escola pública do país, mesmo com os 25% constitucionais passa por uma crise das maiores da história. Basta ver o que acontece no Estado do Paraná, as reivindicações da APP, as greves que se sucedem, as escolas sem a mínima condição de prestar serviço à população. E isso é uma coisa que, essa tendência se fortalece dentro dessa estrutura neo-liberal que se concebeu para o Estado brasileiro com a carência dos serviços públicos.

Então, entendemos que nesse primeiro momento rejeitando essa Emenda estamos defendendo a escola pública de qualidade, melhores condições de trabalho para os professores e até quem sabe um gasto maior dos municípios com a educação, que é prioritário junto com a saúde para o povo do nosso país.

Entendemos que a Assembleia deve parar de legislar dessa forma, apressada,

sem uma compreensão melhor do fenômeno sobre o qual está legislando, e por isso propomos que junto com outras Bancadas dessa Assembleia Legislativa possamos fazer uma Emenda mais coerente, mais de acordo com a realidade dos diversos municípios do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSC, PTB, PDT, PSDB, PFL, PPR, PP.
(Declinam)
Liderança do Governo. (Declina)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à.

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Élio Rusch, Valdir Rossoni, Cezar Silvestri e Nelson Justus, com apoio dos Srs. Deputados Carlos Simões, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação à Proposição de Veto nº 116/94 ao Projeto de Lei nº 390/94, que altera a Lei nº 8.933/89 - Lei do ICMS. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado:

ITEM 02
DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 116/94 Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 390/94, de autoria dos Deputados Élio Rusch e outros, que acresce e altera dispositivo da Lei Estadual nº 8.933/89 - Lei do ICMS. SEM RELATÓRIO DA C.C.J..

OFÍCIO DTL/SAT Nº 019/95

Curitiba, 10.01.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 392/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual vetei o Projeto de Lei nº 390/94, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo introduzir alterações na Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989 - Lei do ICMS, acrescentando um novo parágrafo ao seu art. 3º, mais uma letra ao inciso I, do art. 34 e dando nova redação ao § 3º, do mesmo art. 34, conforme especifica.

O projeto de lei em causa não foi aco-

lhido tendo em vista sua inconstitucionalidade, por ferir os preceitos da Magna Carta, contidos nos artigos 146, inciso III, letra "a" e 155, inciso XII, letra "d".

A inconstitucionalidade da medida foi amplamente demonstrada pela Procuradoria-Geral do Estado, através do Parecer nº 01/95, cuja cópia autêntica segue em anexo, a fim de oferecer a essa augusta Casa o texto integral dos prismas nele enfocado, os quais constituem as razões fundamentais do Veto ora apostado.

Por outro lado, reconheço a necessidade de uma análise mais aprofundada no sentido de que sejam adotadas medidas tendentes a compensar os municípios que se beneficiariam do presente plano de lei.

Assim sendo, informo a essa augusta Assembléia Legislativa que nesta data estou determinando a auxiliares diretos do meu governo, estudos e medidas legais que venham a corrigir os eventuais prejuízos que a falta dos recursos previstos no projeto vetado trariam aos municípios interessados.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 390/94, foi publicado no D.A. nº 136 de 22.11.94)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão a Proposição nº 116/94. Discussão. Votação. Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão votar com a cédula que contém a expressão "Sim", os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando a cédula com a expressão "Não".

O SR. JOEL COIMBRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estou verificando que o Projeto não tem o relatório da Comissão de Constituição e Justiça. Apesar das opiniões divergentes verificamos que o Regimento exige a remessa dos Autos para a C.C.J..

Sei que o prazo regimental já foi esgotado, no entanto este prazo deve ser contado do tempo em que a matéria está na C.C.J.. Como a matéria até agora não veio à Comissão, podemos adotar o procedimento correto que é permitir a Comissão de Constituição e Justiça que faça a análise do Veto.

Portanto, nosso pedido, neste momento, é que seja o Projeto seja retirado e encaminhado à análise da C.C.J., e só depois disso venha a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa indefere a Questão de Ordem do nobre Deputado Joel Coimbra. O Projeto já esteve na C.C.J. e já foi consubstanciado na Ordem do Dia. Por isso está indeferido.

Após haver feito a sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobre-carta rubricada e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

A Presidência deseja salientar que para rejeição do Veto com a conseqüente aprovação do Projeto será necessário que vinte e oito (28) Srs. Deputados votem "Não", conforme a previsão da parte final do § 4º do Artigo da Constituição Estadual.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, queremos comunicar à Casa que as Bancadas de apoio ao governo têm total liberdade na votação deste Veto. Não há questão fechada em se manter o Veto e nem derrubar o Veto, portanto, cada um dos Srs. Parlamentares têm a total liberdade de votar através do seu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação do Veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram cinquenta e um (51) Srs. Deputados. Designo a seguinte Comissão escrutinadora: Élio Rusch, Sâmis da Silva, Luiz Claudio Romanelli, Cezar Silvestri, Nelson Justus, Ângelo Vanhoni, Valdir Rossoni e Caíto Quintana.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Quero comunicar à Mesa que estou encaminhando declaração de voto por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamento informar ao Deputado que a votação é secreta.

Votaram cinquenta e um (51) Srs. Deputados. Pela manutenção do Veto, vinte e seis (26). Pela rejeição do Veto, vinte e dois (22). Brancos, dois (02). Voto nulo, um (01).

Está mantido o Veto.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de agradecer em nome dos Deputados que encaminharam esta votação favorável à derrubada do Veto, porque achávamos, dentro do que sentíamos que era uma proposição de justiça. O que os Deputados acabaram neste momento aqui de ratificar é que todo o ICMS recolhido por Itaipu ficará com Foz do Iguaçu. E que fique ressaltado ainda mais que Foz do Iguaçu arrecada mais

ICM do que Maringá e Londrina juntos. Se os Srs. Deputados acharem que isto é justa, a justiça está feita.

Mas quero deixar clara a posição dos companheiros, dos Prefeitos que aqui permaneceram e foram derrotados junto conosco dos companheiros, dos Prefeitos que aqui permaneceram e foram derrotados junto conosco, é muito melhor lutar por uma causa justa e ser derrotado do que cometer uma grande injustiça como essa Assembléia cometeu nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria também de colocar o meu posicionamento tal qual o Deputado Rossoni, e o nosso voto contrário ao veto se dava exatamente porque há uma discussão posta no Estado do Paraná e em todo o País numa busca de uma justiça maior através da Reforma Tributária. E entendemos que esse projeto era um dos inúmeros projetos que viriam sanar as irregularidades na atual distribuição tributária no Estado do Paraná.

Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Partido se sente ferido nessa busca de justiça através desse veto que hoje mantivemos, infelizmente, na Assembléia Legislativa.

O SR. SÂMS DA SILVA (Pela Ordem) - Gostaria de agradecer os Deputados que mantiveram o veto do Governo, veto esse baseado em cima de um parecer da Procuradoria Geral do Estado, que dava a ilegalidade do projeto, agradecer a esses Deputados que acompanharam o veto do Governo Jaime Lerner, e parabenizar também a forma limpa com que foi posto aqui a exposição, a votação desse veto na Assembléia Legislativa.

Foz do Iguaçu, não significa que Foz do Iguaçu tem uma grande arrecadação também pelo ICMS de Itaipu, mas também significa a competência de arrecadar ICMS.

Queria mais uma vez agradecer aos Deputados que nos acompanharam, que acompanharam o veto do Governo Jaime Lerner, e a maneira limpa como foi colocada essa votação aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, como autoria do então Deputado, juntamente com o Deputado Élio Rusch, do Deputado Ovídio Constantino, decidimos por tentar derrubar o veto, entendendo que, acima de uma questão legal está uma questão de justiça, nem tudo o que é legal é justo, como bem disse o Deputado Líder do PDT nesta Casa.

É importante ressaltar que hoje muitos

municípios que estão sofrendo assaltos lá na beira do lago, não receberam recursos do ICMS para poder auxiliar a polícia no combate a esses bandidos. Muitos programas de ordem social advindos da construção de Itaipu - como por exemplo, a cidade de Medianeira que teria pouco benefício, mas problemas sociais que estão constatados ali, por quê? Medianeira foi dormitório, assim como São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha, dormitórios dos construtores da usina e da rede de transmissão. Então, acima disso está uma questão de justiça.

Por isso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores aprovou, discutiu um dos projetos. Quero aqui, acima de tudo, deixar o meu reconhecimento ao trabalho valioso do Deputado Élio Rusch no empenho incessante e também aos Senhores Prefeitos que vieram aqui apoiar nesse momento difícil, de luta. Mas é importante que o Parlamento do Paraná, perdendo ou ganhando, estamos sempre sintonizados com os problemas, as injustiças, e acima de tudo, no momento em que o Brasil discute a Reforma Tributária, nós começaríamos outra, se derrubássemos este veto, uma Reforma Tributária a nossa maneira, discussão certa dos recursos equitativamente, segundo os problemas de cada município que margeia o Lago de Itaipu.

Muito obrigado aos 22 Deputados que sensatamente votaram conosco.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros Prefeitos do Oeste do Paraná, do Sudoeste, do Sul e do Norte.

A democracia nos ensinou que deve se acatar e respeitar a vontade da maioria. E hoje à tarde, o que aconteceu aqui, que a Assembléia Legislativa não quer a Reforma Tributária, que a Assembléia Legislativa não é a favor da distribuição de uma renda justa, para sua comunidade! A Assembléia Legislativa não começou, no Paraná, a fazer justiça! Sobre a constitucionalidade ou não do projeto, existem diversas dúvidas, porque se este projeto fosse inconstitucional, jamais o STJ, em Brasília, teria dado ganho de causa para Foz do Iguaçu, por 3 votos contra 2 - não existiu unanimidade, não! Porque dois Ministros votaram para a distribuição do ICMS, sem esta lei da Assembléia Legislativa, apenas pela Legislação existente, federal do Brasil. E nós iríamos começar, no Paraná, a fazer uma distribuição justa!

Não é justo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Foz do Iguaçu, com 190.000 habitantes, tenha recebido, no mês de agosto, R\$ 3.000.000,00, enquanto Londrina e Maringá, juntas, com 630.000 habitantes, quase quatro vezes mais, recebeu R\$ 3.400.000,00! Cadê a justiça? A renda

per capita de ICMS de Foz do Iguaçu, dá R\$ 15,99 no mês de agosto, enquanto Londrina e Maringá, juntas, uma receita per capita de R\$ 5,73. É essa a justiça? É isso que o Bloco Municipalista da Assembléia vai pregar? É por isso que criamos uma Comissão Especial na Assembléia Legislativa, para acompanhar a situação econômica e financeira dos nossos municípios? Não podemos concordar com isso!

Agradeço, sensibilizado, aos 22 votos, agradeço aos outros Deputados que votaram só para Foz do Iguaçu, mas, na verdade, este projeto não era para Foz do Iguaçu e os municípios lindeiros do Lago de Itaipu, mas este projeto era para o Paraná inteiro! Para começar a mostrar para o Brasil que temos agora a reforma da Constituição, para mostrar que aqui no Paraná se começa a fazer justiça. E nós, infelizmente, nos calamus diante disso aí.

Como é que fica a Cidade de Guaíra, minha cara Prefeita Ada? A Senhora, que está aqui presente, que perdeu a beleza, perdeu a receita, perdeu o turismo, e perde o ICMS para Foz do Iguaçu! O que era Foz do Iguaçu, antes de Itaipu? Nada! Uma avenida toda esburacada, e conhecemos Foz do Iguaçu hoje, como se transformou! E os demais municípios do nosso Estado, que são sede de hidrelétrica?

O que queríamos, era apenas derrubar o veto e deixar que a Justiça decidisse sobre a constitucionalidade ou não. Falamos de um por um dos Deputados, todas as Lideranças estavam envolvidas, mas infelizmente, não fomos entendidos desta forma, e cabe aos Senhores Prefeitos voltar para suas casas e esperar que o Congresso Nacional faça justiça, mas infelizmente, tivemos a oportunidade e o Paraná não fez!

Me perdoem, isso é um desabafo, não desabafo de um Deputado, mas de um Deputado que quer a distribuição de renda justa para nossa comunidade, para nossos municípios. Não podemos permitir a concentração de renda! O que aconteceu com os municípios que perderam tudo, sua gente foi embora... e estamos vendo inchar Foz do Iguaçu! Isso não é justo!

Senhores Deputados, esperamos que na próxima oportunidade os Senhores terão grande oportunidade de fazer justiça, com nosso mandato, com nosso cargo! Porque daqui para frente, quero ver quais são os Deputados - embora a votação tenha sido secreta - que vão defender o municipalismo, a distribuição de renda, uma Reforma Tributária? E aí vamos conhecê-los! Tivemos a oportunidade e deixamos escapar!

Prefeitos, muito obrigado pelas suas presenças. Haveremos de continuar, junto com os 22 e junto com os outros 26, junto com os 54 Deputados, continuar erguendo a nossa voz, em favor do municipalismo de

fato e de direito, e não só da boca para fora, e quando temos a oportunidade, voltaremos contra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa tem sido tolerante com as Questões de Ordem e não vai mais sê-lo. O Deputado que levantar a Questão de Ordem, tem que mencionar o artigo do Regimento Interno que está sendo violado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/95 - Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Bloco Parlamentar Municipalista. Suprima-se do artigo 179, § 7º, da Constituição Estadual a expressão: "até o limite de 10% (dez) por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, COM EMENDA CORRETIVA.

EMENDA SUPRESSIVA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO BLOCO PARLAMENTAR MUNICIPALISTA

Suprima-se do artigo 179, § 7º, da Constituição Estadual a expressão: "até o limite de 10% (dez) por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários."

Sala das Sessões, em 15.05.95.

(aa) TOTI COLAÇO, ORLANDO PESSUTI, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, NELSON TURECK, ANTONIO BELINATI, EDNO GUIMARÃES, ALBANOR GOMES, IRONDI PUGLIESI, EDSON SILVA LINO, BASÍLIO ZANUSSO, ÉLIO RUSCH, EDUARDO TREVISAN, JOSÉ MARCOS ALVES, CEZAR SILVESTRI, EMERSON NERONE, JOSÉ TAVARES, NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, MILTON PUPPIO, WALMOR TRENTINI, DUILIO GENARI, GERALDO CARTÁRIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RENY BORSATTO, NELSON JUSTUS, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, EDGARD BUENO, IRINEU COLOMBO, CESAR SELEME, VALDIR ROSSONI, CAÍTO QUINTANA, SÂMIS DA SILVA, LUIZ ACCORSI, CLEITON KIELSE.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Fica suprimida do § 7º, do art. 179, da Constituição do Estado do Paraná, a seguinte expressão:

"até o limite de (10%) dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada, com outros recursos orçamentários."

Sala das Comissões, em 13.09.95.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator
Apoio: Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Sérgio Spada.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO Nº 014/95

P A R E C E R:

A proposição em tela é de autoria do Bloco Parlamentar Municipalista.

O escopo desta Emenda é suprimir do § 7º, do art. 179, da Constituição do Estado, a seguinte expressão:

"até o limite de 10% (dez por cento), devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários."

Atendendo solicitações de inúmeras Prefeituras de nosso Estado é que foi apresentada, através do Bloco Parlamentar Municipalista, a presente proposição, visando proporcionar aos governos municipais uma maior folga orçamentária para atender despesas com a educação.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma da emenda que anexo apresentamos, para melhor adequar a Emenda à redação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.95.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Apoio: Eduardo Trevisan, Edno Guimarães e Sérgio Spada.

Roteiro da votação.

Esta Presidência esclarece ao Plenário que para votação da Proposição nº 014/95

Proposta de Emenda a Constituição do Estado, adotará o disposto pelo parágrafo 5º do artigo 64 da Constituição do Estado e artigo 196 do Regimento Interno ou seja a votação será pelo processo nominal da seguinte forma:

Os nomes serão enunciados em voz alta pelo Senhor 1º Secretário.

Os Senhores Deputados levantando-se de suas cadeiras responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação, parágrafo 4º do artigo 177 do Regimento Interno. A Presidência deseja salientar que para a aprovação da Proposição nº 014/95 serão necessários 3/5 dos votos dos membros da Assembleia ou seja 33 Deputados "sim".

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início a chamada nominal para votação, deverão ser feitas duas chamadas nominais.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Também com relação a esta votação esta liderança libera os Senhores Parlamentares para que votem conforme seus interesses.

O SR. TOTI COLAÇO (Para encaminhar) - Gostaria de encaminhar, rapidamente esta

votação, porque trata-se de um assunto de mais extrema importância para os municípios do Estado do Paraná, embora possa haver até algumas contradições dentro da Assembleia ou mesmo até porque com relação ao resultado da votação anterior, mas é um outro assunto que temos que tratar aqui e é preciso esclarecer alguns pontos nesta emenda a Constituição.

No artigo 185 da Constituição diz que os municípios poderão gastar até 25% do seu orçamento nas despesas com a educação. O artigo 179 da Constituição Estadual diz aonde deve ser gasto estes 25%, porém não falava no transporte escolar e também não falava do material didático.

Na legislatura passada foi apresentada uma emenda a Constituição que foi aprovada na época, aonde foi incluído os gastos em até 10% no transporte escolar, no entanto hoje há um movimento dos municípios do Estado do Paraná, através da Associação dos Municípios solicitando a Casa do Parlamento que retire esta expressão ou retire os 10% da Constituição Estadual. Esta Emenda à Constituição evidentemente nós estamos atendendo uma solicitação de mais de 300 municípios do nosso Estado, porque na verdade eles vão poder contabilizar nas despesas além dos 10%. Não somente até os 10% porque na verdade é 2,5% dos 25%. Por isso pediria aos Senhores Deputados, independente das siglas partidárias que votassem favoravelmente esta Emenda, conforme ela está expressa, porque vem de encontro aos desejos e aos interesses dos municípios do Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Bancada do Partido dos Trabalhadores já anteriormente manifestou a posição através do Deputado Péricles, entendimento ele inclusive como Presidente da Comissão de Educação, eu acima de tudo uso a palavra como professor, entendendo que a educação tem que ser prioridade. Nesse momento a Bancada vai votar contra esta Emenda entendendo que ela merece um pouco mais de estudo, tem que ser mais aprofundada a análise e possivelmente a gente apresente uma emenda com mais substância do ponto de vista de uma articulação entre o que realmente se pode investir na educação.

Também existe uma preocupação de abrir uma vala numa rubrica através dessa tutela do Estado de ser gasto em transporte "vários" e se coloca ali como se fosse transporte escolar. Isso é perigoso tem que ser detalhado, tem que ser trabalhado com mais cautela. Para isso estamos encaminhando contra esta votação e dizer ainda ao Deputado Toti Colaço que seu valioso empenho que mostra realmente interesse pela questão municipalista, assinei inclu-

sive dei apoio a essa causa municipalista, assinei com apoio, a Emenda no entanto apenas para sua tramitação. Nesse momento meu voto pessoal, assim como o voto do Partido dos Trabalhadores é contra entendendo que merece uma análise mais aprofundada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, queria em nome da Bancada do PMDB, que é uma Bancada que tem vinculações muito fortes com os municípios paranaenses, dizer que esta emenda que representa o pensamento dos Deputados e o Presidente do Bloco Municipalista muito bem expressou aqui, a Bancada do PMDB vai votar sim, porque os nossos Prefeitos têm grandes dificuldades fundamentalmente até na prestação de contas junto ao Tribunal de Contas, porque os Prefeitos têm passado alguns apertos na sua justificativa, por isso é que vamos votar sim, porque é extremamente justa esta proposição dos municípios paranaenses.

O SR. EDUARDO TREVISAN (Para encaminhar) - Há uma posição do PTB de votar a favor dessa proposta, até porque todos os seus membros são municipalistas, falando a respeito de mim próprio, já fui prefeito, sei da boa fé de todos os prefeitos em gastarem bem esses 25% que a Constituição determina que sejam gastos em educação. Ocorre que muitas vezes o gasto em transporte é muito alto em material didático, e o prefeito se vê numa situação difícil de não poder computar esses gastos dentro dos 25% que a Constituição determina que sejam gastos em educação.

Não podemos de maneira alguma imaginar que os Prefeitos tenham a má fé, de tentar camuflar esses gastos computando um gasto muito maior em transporte no sentido de prejudicar a educação e o ensino público jamais podemos acreditar que isso seja possível. Temos que muito pelo contrário acreditar na boa fé, na honestidade dos Prefeitos que querem investir esses 25% da melhor maneira possível, se for necessário em transporte que assim o seja, se for em material didático que assim o seja, mas tudo deve ser considerado gastos com educação, se eventualmente os gastos suplantarem os 10% e se for necessário, devemos entender que foi um bom investimento.

Por isso a Bancada do PTB em nome do municipalismo, em nome do sofrimento dos prefeitos, vota "sim".

O SR. JOSÉ M. FERREIRA (Para Encaminhar) - Temos na Casa um projeto de extrema importância para o municipalismo.

Já fui prefeito e senti na pele a dificuldade em cumprir os 25% não contabilizando combustível e materiais didáticos

dentro do que preceitua o Artigo 189, haja vista que o município não só transporta o aluno da área municipal, mas transporta também o da universidade, o de 5.^a a 8.^a série, e isso tem feito com que vários prefeitos, mesmo cumprindo e mesmo se dobrando no seu trabalho de atendimento à educação, têm ficado dependurados por uma visão do Tribunal de Contas, que entende que não deva considerar mais do que 2,5% dos recursos gastos com transporte, para efeito do artigo 189, haja vista que em assim procedendo, estaremos dando demonstração da preocupação com educação, não nos grandes municípios, mas nos municípios como São João da Serra, que tem não só o transporte do aluno, mas transporta também o aluno dos municípios vizinhos.

Esta é uma dificuldade presente no interior do Paraná e por isso esta Casa faz justiça no momento em que vota pela supressão deste empecilho que tem sido a contabilização do combustível na conta dos 25%.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar) - A Bancada do PTB vota a favor desse projeto de emenda à Constituição, em função de entender que o gasto dos municípios com transporte escolar, virou um dos grandes problemas de dor de cabeça da maioria dos prefeitos.

Falava há poucos instantes com um prefeito de um município pequeno e que me alertava para esse grave problema que ele está enfrentando. Um município pequeno gastando 15, 18, 20 mil reais por mês em transporte coletivo e tem que sacar esses recursos de outras fontes. Há uma dificuldade enorme devido à crise que os municípios estão enfrentando.

Votamos a favor dessa emenda à Constituição, que suprime parte do artigo 179, que limita até 10% o gasto com essas despesas de transporte, obrigando a retirada desses recursos, de outras fontes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamada dos Senhores Deputados para o processo de votação.
(Votação aberta)

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) (Procede à chamada dos Senhores Deputados, para votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 47 Senhores Deputados.
Quarenta e dois "sim", cinco "não" e um voto nulo.

A emenda apresentada pela Comissão Especial é a seguinte:
(Lê a emenda).

O SR. MARQUINHOS ALVES (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Prefeito Municipal de Astorga, Carlos Keide, que encontra-se em visita nesta tarde a esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Social Cristã Beneficente, com sede e foro em Mandaguari. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/95, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Centro Social Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/95, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Renais Crônicos de Umuarama e Região - ARECURE, com sede em Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Missão Evangélica Ágape - Paraná, com sede e foro na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais e com representação nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2776, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborgnetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2772, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 2771, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2773 e 2774, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2775, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento nº 2777, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2778 e 2779, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2780 e 2781, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2782, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2783, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, José Tavares e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a presença do Secretário da Fazenda, por convocação, queiram levantar-se.

(Pausa)

Doze aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Rejeitada a convocação.

Requerimento nº 2784, de autoria dos Senhores Deputados Péricles de Mello, Luiz Claudio Romanelli, Ângelo Vanhoni, José Tavares e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2785, de autoria dos Senhores Deputados José Tavares, Luiz Claudio Romanelli, Irineu Colombo, Emerson Nerone e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, queria encaminhar nesse sentido a três convocações, diversos assuntos, Senhores Parlamentares, estão pendentes, estão por aí a merecer resposta. Temos tido uma postura de tranquilidade, aguardando resposta das coisas que perguntamos sem partirmos para o ataque de tribuna, sem a preocupação de ouvir a resposta por parte do Governo.

Lembro-me perfeitamente que o Deputado Algaci Túlio, no princípio deste ano, estava aqui a fazer pronunciamentos dizendo que seria um Governo transparente, não seria igual aos anteriores, que tudo seria explicado devidamente. Estava aqui o Líder do Governo colocando a disposição dos Senhores Parlamentares para cada

quinta-feira trazer um Secretário de Estado, a dar explicações na Bancada sobre os assuntos importantes.

Temos diversas coisas a esclarecer, e tenho certeza que um Governo sério, competente, transparente como o Governo do Governador Jaime Lerner, com Secretários qualificados, viria com toda tranquilidade nesta Casa responder as nossas dúvidas, exclusivamente responder as nossas dúvidas.

Deixamos passar, Senhores Parlamentares, a não convocação do Secretário da Fazenda, de não convocação do Secretário de Planejamento, que são assuntos mais polêmicos. Existe do Secretário Cássio Taniguchi, uma declaração do Líder do Governo há noventa, sessenta dias, que está aguardando uma data para comparecer aqui. Pois estamos sendo tolerantes, aguardamos mais um tempo que ele venha.

Estamos agora insistindo na indicação, Senhores Parlamentares, do Secretário de Administração, só isso, não queremos discutir planejamento, não queremos discutir finanças; queremos apenas que o Secretário de Administração compareça a esta Casa e explique, por exemplo, assuntos nebulosos. Acno que ele explica com todas as letras a criação de cargos e a criação de Secretarias. Se eu estivesse no lugar dele, eu explicaria.

Ora, o Governo está cumprindo um "ad-referendum" que mandou a esta Casa, foi aprovado isso, explica-se, perfeitamente explica-se, que ele viesse explicar para nós baseado em que ato, em que legislação foi dado, por exemplo, gratificação para os Secretários de Estado. E isso não fez parte da isonomia dos demais cargos, quando a Constituição diz com todas as letras: "o redutor constitucional no Estado é o salário do Secretário em tudo o que ele receba em espécie a qualquer título".

Não adianta querer levar isso mais do que dezemoro, porque haverá de se prestar contas ao Tribunal de Contas do pagamento de pessoal, e isso indiscutivelmente será avaliado pelo Tribunal de Contas.

Seguramente alguma associação vai entrar na justiça, ou do delegado, ou do procurador, ou daqueles atingidos pelo redutor, e vai ganhar na justiça, vai ganhar. E aí, Deputado Tavares, vai criar um rombo extraordinário ao Tesouro do Estado, que o Governo não vai ter condições de sustentar no Tesouro do Estado, que o Governo do Estado não vai ter condição de sustentar e de pagar.

É hora de discutir isso com a Assembléia. O Secretário vem aqui e prova, por A mais B, que isso pode ser feito. O Secretário nos explica as dezenas, centenas de declarações, no Diário Oficial de concessão de 100% para cargos em Comissão,

da área, da convivência do Executivo. Vem aqui, e quem sabe ajude o Presidente Anibal Khury, convença de que isso é justo, e o Presidente da Casa aplica isso nos cargos em Comissão da Assembléia Legislativa. Isso é isonomia.

Se o Executivo aplica, por que a Assembléia não aplica? Por que vamos ser os únicos a defender a arrecadação do Estado do Paraná, se os outros Poderes estão avançando, ano a ano, em cima da receita orçamentária? Explica para nós.

Todas essas concessões do TIDE, para alguns da Polícia Civil, quebrando uma tradição de anos e anos com a Polícia Militar, de que um coronel ganha assemelhado a um delegado de primeira? Essas explicações, Senhores Deputados, é que queremos do Secretário da Administração. E não adianta fugir disso, porque esta explicação terá que ser dada, e se ela é justa, se ela é verdadeira, se ela é amparada em Lei, não tem porque não comparecer e dizer, não tem por que não justificar!

Até onde a Assembléia vai se omitir em conhecer esses dados? Em cobrar a execução dessa Lei? Ou vamos esperar que no final do ano o Tribunal de Contas dê uma chinelada em todos nós, fazendo lá a ressalva que deveríamos fazer aqui? Sendo alertado, dizendo isso para a área do Executivo, para que ele, respeitando o Legislativo, cumprisse a legislação?

Então, o meu pedido é exclusivamente esse, que venhamos aprovar a presença do Secretário da Administração, sem agravos, sem pronunciamentos contundentes, sem ofensas, resguardado naquilo que o Regimento Interno diz, que o Secretário, quando convocado, responde para o caso específico da convocação. Compareça aqui, e vamos nos que o Executivo está agindo corretamente. É muito melhor do que se nós, pela negativa sistemática da Liderança do Governo, passarmos a usar a tribuna, diariamente, acusando, acusando e acusando, por falta de uma resposta convincente, por parte do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam a convocação queiram levantar-se. Dezoito (18) Srs. Deputados aprovam a convocação.

Deputados que rejeitam a convocação, queiram levantar-se. Vinte e dois (22) Srs. Deputados rejeitam a convocação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para ratificar a votação, proceda Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que rejeitam. Vinte e quatro

(24) rejeitam a convocação.

Dezessete não aceitam a convocação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero registrar sinceramente, - sem citação de nomes, - alguns Deputados de partidos de apoio ao governo entenderam que essa nossa convocação não tem nada, absolutamente nada a ver de contraditório, foi apenas uma tentativa de conhecer os fatos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de comunicar, que na semana que vem o Secretário de Planejamento, Cássio Taneguchi, atendendo uma convocação da Assembléia, daí que eu não entendo que convoquem pela segunda vez um Secretário que já está convocado para explicar vários assuntos e poderá explicar aquilo que pediu o Deputado Caíto, que em legislaturas anteriores estava na minha posição e nem por isso conseguimos convocar um Secretário do governo do PMDB sequer.

Vamos deixar a demagogia de lado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na verdade o Secretário Cássio Taneguchi já há muito deve a sua vinda aqui a esta Casa e não queremos uma outra coisa com a vinda do Secretário da Administração e vamos voltar a carga com esse requerimento, porque essa é uma posição do PMDB e do PT e vimos aqui com grande alegria a votação que nos acompanhou a Bancada do PSDB nesta Casa, nesta tarde, porque seguramente, Sr. Presidente, uma Casa Legislativa como a nossa não pode aodicar de conhecer as informações do Estado e o Estado não pode contraditoriamente cada hora um Secretário dizer um número que gasta com pessoal, aliás, vi planilhas, Sr. Presidente, do Governo do Estado que são contraditórias entre si sobre o mesmo mês de referência, por isso que esse Governo tem a explicar para a sociedade e para esta Casa especialmente onde tem Deputados eleitos para representar o povo.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, até por uma questão de coerência. Na Legislatura passada todos os pedidos de informações e todos os pedidos de convocações votei favoravelmente e principalmente neste caso, quando se convoca o Secretário da Administração para dar explicações da criação de cargos, na questão de aumentos que foram dados aos funcionários, sabendo que o governo tem tido dificuldades para dar aumento aos professores, aos policiais militares, votei favoravelmente.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, tivemos hoje na C.C.J. derrotado um parecer aonde pedíamos que todas as reformas estruturais do governo Lerner mandadas a esta Assembléia viessem através de lei.

Toda reforma foi feita por decreto, nos moldes da Constituição de 67. Perdemos, eu e o Deputado Romanelli na votação e entendíamos que o governo errou e vai posteriormente ter que mandar pela justiça, se a Justiça fizer justiça, através de lei, da mesma forma que o Governador Requião em 1992; foi obrigado por esta Justiça a remeter a Assembléia Legislativa uma Lei substituindo um Decreto, criando uma Secretaria.

Entendemos que a não convocação por parte da Assembléia Legislativa, do Secretário da Administração, venha aumentar a nebulosidade que existe nessa reforma que criou cargos e posteriormente inventou funções para tais cargos. Vemos com pesar e pedimos que registre esse voto favorável a convocação de toda a Bancada do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 2786, de autoria dos Srs. Deputados José Marcos Alves e Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 2788 e 2789, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2790, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2791 e 2792, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2794, de autoria dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Zuk e Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2795, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Toti Colaço, Élio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2797 e 2797-A, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2737, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, esse é um requerimento que tenho informações que foram realizadas despesas no Parque Castelo Branco e que não tem licitação e que foi executada através do IAP e daí a importância dessa Casa conhecer esses dados.

Por isso espero a aprovação do Governo, para que possamos ter essa informação transformada, com transparência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aproveito.

Requerimento nº 2753, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo Autor.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, pediria a retirada em função que o Líder, Algaci Túlio, me passou às mãos a informação que eu necessitava em função desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi retirado, mas já está aprovado.

Requerimento nº 2754, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2761, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente de sessão anterior. Retirado

pelo Autor.

Requerimentos nºs 2769 e 2770, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente de sessão anterior. Retirados pelo Autor.

Requerimento nº 2787, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Deferido.

Requerimento nº 2757, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 197, 242 e 327/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS, EM SESSÃO DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 1995.

"CURITIBA E O FUNCIONALISMO MUNDIAL"

Jornal Gazeta do Povo

Além de subir um dos melhores padrões de qualidade de vida do país, Curitiba passou a gozar do reconhecimento internacional. Depois de sediar o Fórum Mundial de Cidades, evento preparatório da conferência mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas, a capital paranaense volta a ser palco de outro marco dessa aceitação global, o Habitat 2000, também patrocinado pela Organização das Nações Unidas e que contará com o prestigioso do presidente da República.

A cidade se tornou exemplo não apenas pelas soluções inovativas que adotou para enfrentar os problemas típicos de uma expansiva metrópole, mas sobretudo pela capacidade que seus líderes e habitantes tiveram, de institucionalizar tais padrões, através de um arcabouço administrativo de primeiro nível. Assim, os controladores dos tribunais de contas e órgãos legislativos, bem como os consultores das instituições financeiras de desenvolvimento sabem que em Curitiba cada tostão recolhido é empregado criteriosamente em obras e serviços públicos, para render em benefício da população.

Esse registro não é corriqueiro ao se saber da taxa de desperdícios, desvios e distorções que acompanham a execução das finanças públicas no país e no continente. Por isso Curitiba tem um dos cadastros mais reputados no Banco Mundial, BID, agentes financeiros federais e junto aos próprios cidadãos-contribuintes. A prova está na aprovação recorde — e por unanimidade — do projeto de financiamento de 120 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Programa Pro-Bairros. Caso raro, o Senado brasileiro, instrumentado pela bancada senatorial do Paraná, acolheu positivamente e com elogios a solicitação apresentada pelo prefeito Rafael Greca e que contará com expressivo aval do Tesouro Nacional.

Isso porque o atual prefeito e seus antecessores se preocuparam em estruturar a administração pública da capital paranaense segundo normas funcionais aplicáveis a qualquer capital do Primeiro Mundo. Velhos, tais regras de organização e desempenho estão sendo aperfeiçoadas através de uma Escola de Administração Municipal que promove constante treinamento e discussões com especialistas e profes-

sores convidados.

Mas esse padrão de excelência corre risco se a opinião não se mobilizar em defesa do que é racional e justo. Trata-se da onda reivindicatória que foi desencadeada entre parcelas do funcionalismo municipal de Curitiba, ao sabor de interesses político-partidários. A movimentação feita no decorrer da semana, com passeatas que paralisaram o trânsito no centro da capital, visa sustentar pleitos de ajuste salarial acima da capacidade de suporte do orçamento municipal.

Os indicadores mostram que os vencimentos do funcionalismo de Curitiba — até em razão da qualidade global do serviço público municipal — são relativamente mais elevados do que os proporcionados pela União, estado do Paraná e quase totalidade dos nossos acossados municípios interioranos. Também se sabe que a crise de ajuste decorrente do esforço pela estabilidade antinflação tem afetado os entes públicos: não há Fazenda governamental em situação de folga, muitas delas não conseguindo sequer pagar em dia seus professores, operários e assim por diante.

O prefeito Rafael Greca ofereceu uma antecipação em outubro e novembro, seis meses antes da data-base da categoria marcada para março do ano que vem, que vai a mais de 11% dos atuais ganhos médios. Para os professores dos níveis iniciais o aumento chega a 19%. Mesmo assim os sindicatos da área estão realizando paralisações, assembleias de rua e movimentação em torno da Câmara, tentando forçar uma proposta que representaria mais do dobro.

Isso pode redundar em perdas para os próprios servidores, se houver radicalização, porque o prefeito se veria forçado a vetar tais liberalidades, o que cancelaria os aumentos oferecidos por antecipação; ou pior, comprometer pagamentos de 13º salário e outros benefícios já concedidos.

A alternativa seria paralisar os serviços públicos — como escolas, creches, postos de atendimento médico — para cancelar as verbas apenas para o pagamento do pessoal, numa distorção que não seria tolerada pelo povo de Curitiba. O momento, pois, é de reflexão, para que triunfe o bom senso em provento de todos.